

OS CONCEITOS DE “PÁTRIA” E “NAÇÃO” À ÉPOCA DA INDEPENDÊNCIA NA AMÉRICA PORTUGUESA-1820 A 1834.

Aluno: Renato de Oliveira Ferraz
Orientador: Marco Antonio Villela Pamplona

Introdução.

Como todos os conceitos carregam consigo ressignificações adquiridas ao longo do tempo, onde essas ressignificações se sobrepõem umas a outras, podemos identificar e analisar construções culturais bastante interessantes em transformação. Nosso propósito, aqui, é identificar o sentido que os conceitos de pátria e nação adquiriram ao longo dos processos de independência observados na América Portuguesa. Além disso queremos apontar os agentes que se utilizavam desses termos e suas finalidades; tentar identificar se houve alguma tentativa clara de ressignificação desses termos; se eles foram negativamente ou positivamente conotados, e quando isso ocorreu, entender o porquê disso; atentando para as articulações dos agentes no momento em que forjaram essas ressemantizações.

Antes de tal análise semântica é de extrema importância que se faça clara a conjuntura em que a polissemia dos termos está sendo trabalhada. É válido ressaltar as guerras napoleônicas que tanto influenciaram a Europa, e principalmente o mundo Ibérico, e também a posterior transmigração da corte portuguesa para solo americano em 1808. Além disso se faz mister atentar para o *vintismo* português, abrindo uma conjuntura de grande importância para a análise dos segmentos societários da América Portuguesa.

Atentaremos nessa pesquisa para o processo de independência de 1822, e as demais “independências” – ou lutas pela autonomia – regionais e locais, que mostraram ter significados políticos muito importantes, inclusive apresentando novos projetos de mudança e particulares apropriações e o usos dos termos *pátria* e *nação*. Ao longo desse processo é interessante observar que, ao desligar-se Lisboa de sua colônia em solo americano, as distintas regiões que compunham a América portuguesa se “soltam” e, apenas uma nova negociação entre as autoridades vigentes poderá fazê-las fazer parte do novo Estado-nação que começará a tomar forma, com o Império do Brasil. Quando se consolidou a ruptura com a metrópole, a fonte de poder que antes legitimava a

soberania do Império se corrompeu, e, não poucas províncias, não mais pertencentes ou subjugadas diretamente à Lisboa, puderam buscar as suas autonomias e mesmo independência política. A nação que antes compunha o Império Português e que acomodava as distintas formações indentitárias locais, se desfez. O novo Estado Imperial em formação deparou-se com um mosaico de pátrias locais, que se viam, quando muito como paulistas, paraenses, pernambucanos, etc., mas não mais como portugueses (europeus ou americanos), e muito menos como brasileiros. A partir de então se entende por que as revoltas que se seguiram após a proclamação da independência de 1822 – em especial no Grão Pará, Bahia e Pernambuco – evidenciaram a falta de propostas comuns que pudessem aglutinar as distintas regiões do novo território, agora brasileiro, em formação.

D. Pedro I enfrentou essa questão: como subordinar as oligarquias a um centro político estruturado a partir do Imperador, cabeça política e administrativa do Império, sediado no Rio de Janeiro? A real desintegração do território colonial português se mostrara, mais do que nunca, um processo real. As oligarquias se tornaram mais fiéis aos seus próprios interesses e o medo da pulverização política e territorial era real. Coube ao regime imperial combater essa dispersão e, embora aparentemente contraditório, continuar assegurando os interesses das oligarquias locais. Somente assim poderia o Estado Imperial legitimar a sua soberania política enquanto Estado-nação, controlar a excessiva autonomia política das províncias e a subordiná-las ao novo centro político estabelecido no Rio de Janeiro.

Objetivos.

A pesquisa analisará a polissemia dos termos *pátria* e *nação* ao longo da conjuntura proposta, em especial a sua utilização nos discursos políticos, quer das autoridades, quer dos revoltosos, durante os levantes observados em 1822 e 1823, no bloco

Metodologia.

No estágio atual, a pesquisa tratará dos cenários políticos e sociais do Grão Pará e Maranhão, da Bahia, de Pernambuco e da Cisplatina. Após a leitura e discussão de textos teóricos e historiográficos complementares, indicados pelo orientador em um primeiro momento, analisaremos alguns periódicos de época – o *Correio Braziliense*, a

Gazeta do Rio de Janeiro, A Malagueta, o Revérbero Constitucional Fluminense e O Tamoyo. Juntamente à análise da documentação mais variada e substantiva do acervo do Arquivo Nacional, estas fontes nos auxiliarão na reflexão sobre os agentes atuantes no processo político de alinhamento do bloco regional do Grão Pará e Maranhão ao governo do Rio de Janeiro, e sobre os projetos de futuro daquelas sociedades em rápida transformação.

No Grão Pará e Maranhão, a presença de diversos projetos futuro propostos pelas elites locais tenderam a criar um cenário de desordem, onde nenhum projeto conseguia consenso amplo para se manter no poder e os que aparentemente se mostraram vitoriosos não conseguiram durar muito tempo. Segmentos da sociedade que até aquele momento viveram em completa mudez ou submissão, começam a falar expressar suas demandas e se manifestar. Dá-se início ao chamado zunzunzum da plebe¹, um ruído que não soava muito bem para as autoridades. Identificando-o à anarquia, temiam pelo o exemplo que poderiam dar para a escravaria sempre disposta à sublevar-se. A “cruel guerra dos pretos” não deveria se juntar à guerra dos “cabras” contra os “puçás” e os “marinheiros”

Conclusões.

O levantamento dos dados e sua análise, até o momento, nos levam a começar a questionar mais criticamente a imagem que uma historiografia brasileira mais tradicional e de viés nacionalista tem criado acerca do movimento de Independência. Na discussão historiográfica contemporânea, a ideia da América Portuguesa como corpo político anterior, coeso e unificado, começou a ser desmistificada e tornou-se ponto bastante delicado e importante. Ao mesmo tempo a ideia do “mosaico” de pátrias existente no território americano, à época da independência fêz-se bastante útil. 1822 passa a ser revisitado, nem continuidade, nem ruptura radical, mas o início de um novo pacto político entre as forças sociais existentes, com avanços e recuos que se alastrarão pelas próximas décadas, ajustando-se no período regencial e consolidando-se com a maioria e o início do segundo reinado.

¹ ASSUNÇÃO, Matthias Rorig. **Miguel Bruce e os “horres da anarquia” no Maranhão, 1822-1827**. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2003, p. 359.

Referências.

1. MAGNOLI, Demétrio. “O Estado em busca do seu território.” In: **Independência: História e Historiografia**. Editora: Hucitec. São Paulo, 2005.
2. MACHADO, André Roberto de A. “As esquadras imaginárias. No extremo norte, episódios do longo processo de independência do Brasil.” In: **Independência: História e Historiografia**. Editora: Hucitec. São Paulo, 2005.
3. JANCSÓ, István. “Independências e Independência”. In: **Independência: História e Historiografia**. Editora: Hucitec. São Paulo, 2005.
4. ASSUNÇÃO, Matthia Rorig. “O Estado em busca do seu território.” In: **Independência: História e Historiografia**. Editora: Hucitec. São Paulo, 2005.
5. KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Editora PUC- Rio